



**RELATÓRIO TÉCNICO: UMA PROPOSTA DE
FRAMEWORK TEÓRICO SOBRE UMA FORMA DE
GERENCIAMENTO DO ESTADO COM EVIDÊNCIAS
QUANTITATIVAS E O CONTEXTO BRASILEIRO.**

RELATÓRIO TÉCNICO: UMA PROPOSTA DE FRAMEWORK TÉORICO SOBRE UMA FORMA DE GERENCIAMENTO DO ESTADO COM EVIDÊNCIAS QUANTITATIVAS E O CONTEXTO BRASILEIRO.

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Ismaley Marques Martins Fontes ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Daniela de Castro Melo e coorientação da docente Danielli Araújo Lima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Organização

04

Público-alvo da proposta

05

Descrição da situação-problema

06

Objetivos da proposta de intervenção

08

Diagnóstico e análise

09

A) Concepção do Framework Teórico sobre uma Forma de Gerenciamento do Estado

09

B) Evidências quantitativas do Framework Teórico

14

C) Diagnóstico geral sobre desenvolvimento dos Estados nacionais

21

D) Diagnóstico do Estado Brasileiro

22

Proposta de intervenção

26

Responsáveis pela proposta de intervenção e data

30

Referências

31

Protocolo de recebimento

33

RESUMO

O desenvolvimento socioeconômico é o objetivo primordial dos Estados nacionais. Distintas teorias sobre modelos de gestão do Estado foram aplicadas e aperfeiçoadas ao longo dos séculos visando promover o bem-estar das sociedades. O cerne do debate teórico-prático está em verificar atributos, funções e atividades que devem ser responsabilidade do Estado, para que possa promover e maximizar a prosperidade humana.

Objetiva-se apresentar um Framework Teórico sobre uma Forma de Gerenciamento do Estado, que contemple atributos modernos de gestão capazes de influenciar o progresso socioeconômico dos países.

Utilizando várias bases internacionais de dados, busca-se evidenciar quantitativamente, por técnicas estatísticas e de inteligência artificial (clustering por k-means e árvore de decisão), as bases teóricas do framework. Compilando informações do framework e das evidências quantitativas, visa ainda constituir um diagnóstico sobre o nível de desenvolvimento dos países em relação às variáveis sintetizadas no modelo teórico de gestão proposto, incluindo o diagnóstico específico do Brasil. Por fim, sugere-se planos de ação e políticas públicas ao Estado brasileiro com finalidade de aproximá-lo ao desempenho do cluster de países desenvolvidos.



“

O desenvolvimento socioeconômico é o objetivo primordial dos Estados nacionais. Distintas teorias sobre modelos de gestão do Estado foram aplicadas e aperfeiçoadas ao longo dos séculos visando promover o bem-estar das sociedades.

”

ORGANIZAÇÃO

Estados Nacionais, especificamente, o Estado brasileiro. Trabalha-se modelos de gestão do Estado.



PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA

Destina-se aos gestores públicos responsáveis pela condução de Estados nacionais, em especial, o Brasil.

Na conjuntura interna do Estado brasileiro, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) são os órgãos diretamente envolvidos com o tema do relatório técnico.





DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

O desenvolvimento socioeconômico é um dos objetivos primordiais dos Estados nacionais. Ao longo dos últimos séculos, diversas teorias sobre gerenciamento do Estado foram constituídas, sob diferentes bases principiológicas e fundamentos, e implementadas por agentes políticos visando promover prosperidade social e econômica. Toda essa experiência teórica e prática pode ser estudada, analisada e aperfeiçoada por pesquisadores e por administradores públicos.

Bresser-Pereira (2005) defende que as diferentes acepções do Estado moderno retratam historicamente o progresso econômico, social e político.

Nesse sentido, diversas evidências históricas (iluminismo, Revolução Industrial, Revolução Francesa, Revolução Americana, Revolução Francesa, 1ª Guerra Mundial, Constituições do México (1917) e da Alemanha (1919), Crise de 1929, Crise do Petróleo e da Dívida Pública das décadas de 70 e 80) estabelecem uma relação entre as crises e transformações da sociedade e o próprio fundamento do Estado, que tem se modificado, numa resposta direta às demandas e necessidades latentes. Acima de tudo, os papéis e as funções do ente estatal se ajustam, de certa maneira, às reivindicações daquele momento da história que mais refletem as características da sociedade.

É necessário repensar as estruturas e a maneira de gestão do Estado, isso porque a sociedade evolui, demanda diferentes necessidades individuais e coletivas, gera novas frentes de conflitos e de vicissitudes. Captar essas transformações, constituindo e implementando um modelo de gestão do Estado fundamentado em características que impactem o desenvolvimento humano para promover de maneira adequada, eficaz, eficiente e efetiva os serviços públicos é o grande desafio.

Por meio de uma revisão bibliográfica, estudou-se as características relevantes da formação do Estado moderno e dos modelos estatais clássicos: liberal e bem-estar social, incluindo as concepções teóricas de Bresser-Pereira (2005), que delineou os atributos do Estado social, liberal e republicano; e de Esping-Andersen (1991), em sua obra "The Three Worlds of The Welfare Capitalism", que estudou os tipos de Estado social-democrático e social-liberal. Com base nas características apontadas, numa segunda fase da pesquisa bibliográfica, identificou-se estudos científicos que relacionaram o desenvolvimento socioeconômico às variáveis relevantes definidas e que designaram indicadores representativos para cada uma das variáveis identificadas.

Articulando e sintetizando as características dos modelos de Estado, as variáveis e os indicadores; fundamentou-se e apresentou-se o Framework Teórico, contendo 15 variáveis categorizadas em cinco dimensões.

O framework Teórico visa evidenciar atributos e funcionalidades de gestão do Estado que podem impactar o desenvolvimento social e econômico de um país, em especial, o Brasil. Ele também identifica indicadores representativos de cada um dos atributos/características de gerenciamento.

Objetivando testar a relevância das 15 variáveis de gestão do Estado sintetizadas no framework teórico, para promoção da prosperidade de Estados nacionais, levantou-se dados secundários de 102 países em distintas bases internacionais.

A partir da base de dados formada pelas 15 variáveis e por meio de técnicas estatísticas e de inteligência artificial, formou-se clusters baseados no nível de desenvolvimento dos países, que foram categorizados da seguinte maneira: 34 "desenvolvidos", 24 "em desenvolvimento" e 44 "subdesenvolvidos".



OBJETIVOS DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Trata-se de um relatório técnico sobre o tema Estado, sociedade e Administração Pública e tem por objetivo:



1

Apresentar a concepção do Framework Teórico sobre uma Forma de Gerenciamento do Estado, evidenciado quantitativamente por técnicas estatísticas e de inteligência artificial;



2

Por meio de um diagnóstico, apresentar as percepções técnicas, que demonstram a situação dos principais atributos do framework teórico comparados ao nível de desenvolvimento socioeconômico dos países; evidenciando de maneira específica a situação do Brasil;



3

Propor recomendações de planos de ação ou de políticas públicas, que poderiam melhorar o desempenho do Estado brasileiro nos atributos identificados do framework teórico com baixa ou média aproximação ao cluster dos países desenvolvidos.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

A) CONCEPÇÃO DO FRAMEWORK TEÓRICO SOBRE UMA FORMA DE GERENCIAMENTO DO ESTADO

Na maioria das vezes, a solução de problemas complexos e relevantes não envolve o desenvolvimento de concepções revolucionárias ou de processos disruptivos. Talvez, o primordial esteja na compreensão do ambiente, na reflexão da história e de seus desdobramentos, na observação dos fundamentos e das ações que deram bons resultados, na identificação das referências empíricas e na construção da realidade a partir de uma análise agregadora.

Parte-se exatamente dessa premissa central.

Analisando a história secular da formação do Estado moderno; as principais ideias, a implementação e os resultados práticos dos modelos teóricos de Estado; os estudos de Esping-Andersen (1991) sobre as três formas de Welfare State e de Bresser-Pereira (2005) sobre o Estado social-liberal e republicano; bem como o desenvolvimento socioeconômico dos países, concebeu-se os fundamentos e as dimensões do framework teórico, conforme estabelecido na figura 01.

Figura 01 – Quadro Síntese do Framework Teórico sobre uma Forma de Gerenciamento do Estado.



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O framework teórico sobre gestão do Estado busca caracterizar a modernidade, o futuro, a inovação, a tecnologia e as iniciativas em distintas visões. Além disso, trabalha-se a atuação estatal com base na essencialidade, nada além. Objetiva-se delinear um ponto teórico de equilíbrio entre o Estado basicamente liberal e o fundamentalmente social. Noutras palavras, o Estado terá o tamanho estritamente imprescindível para que, simultaneamente, assuma as funções primordiais e necessárias para promover o bem-estar dos cidadãos, e ao mesmo tempo, privilegie a liberdade do indivíduo e desempenhe seu papel com responsabilidade administrativa e financeira.

De maneira resumida, os oito princípios estabelecem a base identitária do Estado, demonstrando sob quais perspectivas ele deve constituir-se. Eles estão associados à concepção das cinco dimensões, que por sua vez, definem as macrofunções estatais.

As cinco dimensões do Estado se inter relacionam, potencializando o papel de cada uma na promoção do desenvolvimento socioeconômico. A liberdade negativa (civil e econômica) ampara o Estado de direito concebido pelos contratualistas (Locke e Hobbes). Ela ainda tem poder de reforçar a liberdade positiva e o papel ativo e transformador do cidadão na sociedade (democracia e governança), sob o corolário teórico constituído por Bresser-Pereira (2005) no Estado social-liberal e republicano. Inclusive, o Estado deve ser fiador e fomentador de uma ampla participação popular no desenvolvimento de soluções. A liberdade negativa ainda pode restringir o tamanho do Estado à medida que se compreende o papel do cidadão e do mercado na promoção da prosperidade econômica e social, de acordo com diversos teóricos neoliberais e a percepção dos três tipos de Estado do bem-estar social (Esping-Andersen, 1991).

Por sua vez, o tamanho do Estado e a responsabilidade fiscal podem tornar sustentável políticas públicas promotoras de bem-estar social, conforme teorizado

pelo Estado social-liberal de Esping-Andersen (1991) e de Bresser-Pereira (2005) no final do século XX.

Finalmente, compreende-se que as funções e as responsabilidades contemporâneas estão correlacionadas com todas as demais dimensões, refletindo assim, a gestão do Estado num ponto de vista distinto (Copelli, 2022; Pasi e Misuraca, 2020). Por exemplo, é possível que a ciência e a tecnologia, assim como formas céleres de prestação de serviço diminuam o tamanho do Estado (reduzam gastos públicos) e reforcem as liberdades, negativa (facilita o acesso aos direitos individuais) e positiva (torna efetiva a participação popular).

As cinco dimensões do Estado são caracterizadas por 15 variáveis. Prestar-se-á ao detalhamento e à especificação de todas as cinco dimensões e suas respectivas variáveis.

Predis põe-se a respeitar, garantir e fomentar a liberdade em distintos prismas (civil, econômica e política), com o fito de colocar o indivíduo como agente propulsor do progresso e modulador da realidade social. Em termos civis, envolve defesa à liberdade de expressão, à propriedade privada, ao respeito à fé e ao pensamento, à livre associação e reunião, ao direito de ir e vir, à justiça, à segurança, à igualdade e à vida, por exemplo. Todos ligados diretamente ao Estado de direito idealizado pelos contratualistas Locke e Hobbes.

De maneira díspar do Estado liberal, a liberdade econômica acautelada pela proposta deste estudo incentiva a livre competição e a geração de riquezas; a autonomia do capital e do trabalho; o empreendedorismo e, a excepcionalidade e assertividade da intervenção estatal, acionada estritamente para manter a concorrência, superar obstáculos impostos a ela ou incitar outras formas de mercado, que na situação fática contribuam mais e melhor para progresso econômico e o bem-estar social. Esse pensamento é fidedigno aos preceitos teóricos de vários autores neoliberais e fomentado pelas concepções teóricas de Esping-Andersen (1991) e de Bresser-Pereira (2005), que trabalharam a liberdade econômica nessas perspectivas.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Politicamente, a liberdade é associada à soberania popular, porém entendida de maneira mais ampla. Ela não contempla apenas o sufrágio universal, o direito ao voto, a capacidade de ser votado e a livre escolha de representantes, mas também o direito legítimo do povo de exigir responsividade, transparência, prestação de contas, legalidade e conformidade dos eleitos em defesa do interesse estritamente público e do desenvolvimento econômico e social. Em suma, refere-se aos princípios democráticos e republicanos, que são elementos fomentadores da participação do cidadão na elaboração de políticas públicas e na condução do Estado, Bresser-Pereira (2005) preceitua exatamente isso no Estado social-liberal e republicano. Nessa percepção, o cidadão tem responsabilidade direta na construção e na transformação da realidade. Essas concepções estão associadas à dimensão positiva da liberdade e à cidadania plena.

Se por um lado, o Estado é basicamente livre, por outro entende-se que a existência do Estado é necessária e fundamental para corrigir distorções do mercado (regulação, desregulação, re-regulação e formas alternativas de mercado não concorrenciais) e proporcionar ações e políticas públicas fomentadoras de bem-estar social, garantindo o desenvolvimento da sociedade como um todo. Esse entendimento está associado à igualdade material e à vontade geral de Rousseau (1973), à concepção do Welfare State e à teoria macroeconômica keynesiana, que juntos formaram a base da promoção dos direitos sociais e coletivos, e os mecanismos intervencionistas do ente estatal. Bem-estar social envolve papéis geradores de emprego e renda, mitigadores da desigualdade de renda e da pobreza, e promoção de políticas públicas capazes de assegurar direitos e conferir vida digna e plena aos cidadãos (como exemplo, pode-se citar: saneamento básico, programas assistenciais e habitacionais, saúde e educação).

Entretanto, diferente do Welfare State, que trata a oferta do bem-estar social como premissa básica e desconsidera o valor da liberdade para a prosperidade humana, o framework teórico preceitua responsabilidade, equilíbrio, eficácia e efetividade nas ações estatais para alcançar o desenvolvimento social e econômico, sob a perspectiva estabelecida por distintos autores neoliberais e reforçados por Bresser-Pereira (2005), com o Estado social-liberal e republicano, e Esping-Andersen (1991), com o Estado social-democrático e o Estado social-liberal.

As políticas públicas desenvolvidas pelo ente estatal devem necessariamente considerar o valor público dos recursos econômico-financeiros, incluindo sua escassez e finitude, e a obrigação de transparência, responsabilização, conformidade, legalidade e prestação de contas dos agentes públicos.

Por isso, a intervenção do Estado e a promoção do bem-estar social não serão pressupostos amplos e generalistas, mas sim estratégicos, assertivos, eficientes e eficazes. Essa preocupação entre a premissa da liberdade e a dosagem ideal intervenção (pontual e assertiva) traz o ponto chave da proposição teórico-empírica: o Estado deve ser suficiente, nem mais, nem menos. Remete-se ao equilíbrio entre a perspectiva defendida pelos liberais e aprimorada pelos neoliberais (liberdade econômica entendida como mecanismos concorrenciais e liberdade civil ampla), conforme detalha Fleck (2022), e o ponto de vista instituído pelo Estado do bem-estar social, no qual pressupunha o papel interventor e promotor de direitos sociais e coletivos atribuído ao ente estatal, na visão de Zanardini, Zanardini e Deitos (2020), objetivando prosperidade socioeconômica, o Estado teria uma função anticíclica. Ter funções e atribuições precisas para garantir o bem-estar e o progresso econômico. A dimensão do bem-estar social envolve as variáveis: trabalho e renda, investimento social e distribuição de renda.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O tamanho do Estado desvincula-se da ideia antagônica pré-estabelecida entre o Estado mínimo e o Estado social (grande e inchado) e passa a ter uma nova concepção. Ele terá uma estrutura elementar e ideal para alcançar simultaneamente dois objetivos importantíssimos: eficiência econômica-financeira e bem-estar social.

Empiricamente, observou-se que não faz sentido o Estado ser mínimo, sendo que o mercado e o indivíduo não conseguem em diversas áreas promover o bem-estar e a prosperidade econômica e social, é necessário que políticas públicas sejam desenvolvidas para esta finalidade. Isso foi atestado pela Grande Depressão da década de 30 do século passado, quando emergiram os ideais intervencionistas do Estado (Bresser-Pereira, 2005).

Ao mesmo tempo, estudos científicos demonstram que o Estado social, promotor de serviços amplos e naturalmente interventor, também não consegue por si alcançar o progresso. Isso porque, em determinadas áreas, o mercado e o indivíduo serão mais assertivos na resolução de problemas e na oferta de soluções. Diversos autores neoliberais estabeleceram premissas nesse sentido, inclusive associando à outra questão importante: a consideração da relação entre a finitude dos recursos públicos e os custos das políticas públicas, e a consequentemente necessidade de efetividade e eficiência do Estado, vínculo esse evidenciado por grandes estadistas (Ronald Regen e Margaret Thatcher) ao final do século XX (Fleck, 2022; Innset, 2020).

Nas bases estabelecidas para o framework teórico, a eficiência econômica-financeira é relacionada a quatro variáveis: tributos, gastos públicos, dívida pública e estabilidade de preços. Por meio desses elementos, consegue-se dimensionar o tamanho e a estabilidade do Estado.

Eles possuem impacto direto no bem-estar social e no desenvolvimento socioeconômico. Por exemplo, a inflação deteriora a renda das pessoas, principalmente, a população de baixa renda, além disso, possui potencial de aumentar a desigualdade social. Gastos públicos com volume excessivo, mal planejados, erroneamente dimensionados ou pouco eficientes não alteram a realidade e não promovem bem-estar. Eles podem ainda gerar desperdício, provocar inflação, aumentar a taxa básica de juros, incentivar sucessivos aumentos da carga tributária ou constituir dívida pública. Por sinal, se esta for mal equacionada, pode drenar recursos públicos e a capacidade de realização de gastos e investimentos de um país. Finalmente, destaca-se os efeitos maléficos da alta carga tributária, tais como: distorção de preços da economia, a redução da renda disponível das famílias para consumo, o peso excessivo para o empreendedorismo, o impacto na taxa básica de juros e o incremento no custo país.

Considerando toda essa conjuntura e analisando os preceitos teóricos do Estado social-liberal e republicano de Bresser-Pereira (2005), e o Estado social-democrático e Estado social-liberal de Esping-Andersen (1991), é possível correlacionar o tamanho do Estado, sua estabilidade, o bem-estar social, a liberdade e a prosperidade no framework teórico sobre gerenciamento estatal. Em síntese, estabelece-se como premissa do Estado a liberdade, que por si só é capaz de contribuir para o bem-estar e tornar o tamanho do Estado mais adequado. Entretanto, admite-se intervenção estatal, desde que seja assertiva, pontual, planejada, avaliada e focada exclusivamente na promoção do bem-estar do cidadão, para o qual a liberdade por si só não alcança. Em contrapartida, essa intervenção responsável será feita sempre considerando a estrutura e o tamanho suficiente do Estado, com o fito de gerar progresso e desenvolvimento socioeconômico.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Assim, os gastos públicos serão planejados e bem executados, para que a carga tributária seja adequada e a dívida pública precisamente controlada, dando ao Estado a estrutura essencial para suplementar o bem-estar social e o progresso que a liberdade per si não promoverá. Maximiza-se o poder de transformação do indivíduo, ao mesmo tempo que o ampara em suas vulnerabilidades. Em síntese, é um Estado parcimonioso, equilibrado, contingencial e suficiente, tendo atuação e presença apenas onde é demandado.

Arrematando as reflexões que estabelecem os pilares do framework teórico sobre gestão do Estado, propôs-se contextualizar os papéis do Estado perante as transformações da sociedade, entendendo temas relevantes para o século XXI e capazes de acarretar prosperidade econômica e social. Reuniram-se essas características na dimensão contemporânea do ente estatal com propósito de ampliar a sensação de bem-estar coletivo, contemplando atribuições direcionadas à construção coletiva de uma sociedade avançada (ciência, tecnologia e inovação), sustentável (meio ambiente) e tranquila (paz). Essa conjuntura foi formulada a partir das inferências dos estudos de Pasi e Misuraca (2020) e Copelli (2022), que sugerem reflexões sobre as funcionalidades de gestão do Estado além da dicotomia clássica entre o pensamento liberal e social.

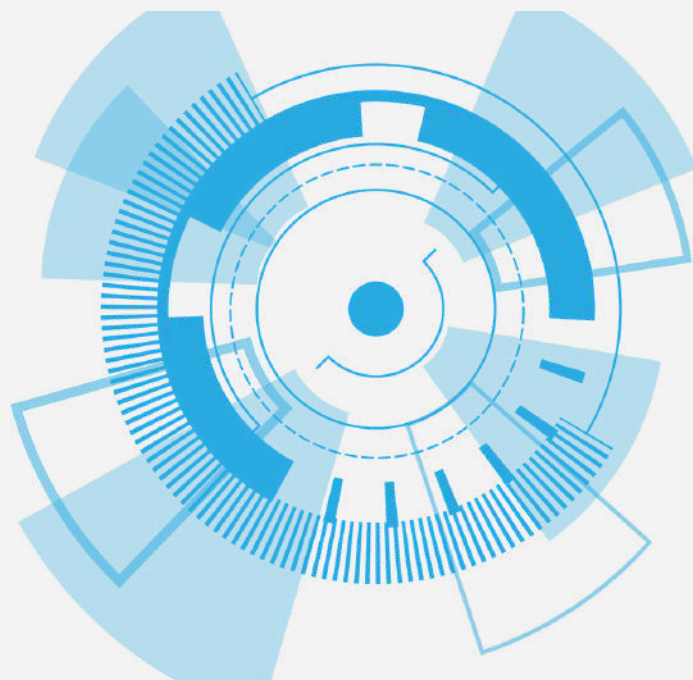
A dimensão contemporânea pode influenciar as demais. Por exemplo, ela reforça e garante as liberdades negativa e positiva; equaciona e torna o Estado mais eficiente e efetivo; e oferece condições para elaboração e execução de políticas públicas promotoras de bem-estar social.

Nessa perspectiva contemporânea, dentre as responsabilidades e funções do Estado incluem-se o fomento à ciência e à inovação; o incentivo ao desenvolvimento e ao uso de tecnologias aplicadas na Administração Pública, como por exemplo, o e-gov e a Blockchain; o estímulo à cultura da paz, evitando conflitos armados, internos e externos; e finalmente destaca a importância de uma relação harmoniosa com o meio ambiente sustentável.

A ciência e a inovação tornam um Estado mais produtivo e eficiente; melhoram ou criam novos produtos, serviços e mercados; aumentam a competitividade de uma sociedade e mitigam as mazelas de um povo. Aplicar tecnologias na Administração do Estado cria soluções ágeis e diretas ao cidadão; proporciona melhora em processos e economia de recursos públicos; equacionam a estrutura e o tamanho do Estado; facilita a transparência e o accountability; reduz a burocracia disfuncional; incentiva o empreendedorismo intra e interestatal, e cria novas relações com a sociedade. Por sua vez, a utilização consciente e sustentável do meio ambiente maximiza o potencial social e econômico de um País, preservando recursos naturais, ao mesmo tempo que os aproveitam. Estabelecer a cultura da paz interna e externa permite criar condições propícias para o desenvolvimento socioeconômico de longo prazo, promovendo respeito aos direitos humanos.

Como se pode analisar, essas funções contemporâneas do Estado possuem relação íntima e notória com a prosperidade e o bem-estar social de um povo.

Sob todas essas considerações anteriores, fundamenta-se o Framework Teórico sobre uma Forma de Gerenciamento de Estado.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

B) EVIDÊNCIAS QUANTITATIVAS DO FRAMEWORK TEÓRICO

Sob o delineamento do Framework Teórico sobre uma Forma de Gerenciamento do Estado, levantou-se dados secundários dos indicadores representativos de cada uma das 15 variáveis, para uma amostra de 102 países. Esse conjunto de dados foi utilizado para levantar evidências quantitativas do pré-estabelecido pelo framework teórico.

Na primeira etapa, utilizando estatística descritiva, calculou-se o índice de correlação entre variáveis e o desenvolvimento socioeconômico. Resultados indicaram que as variáveis liberdade econômica (0,741), democracia (0,723), governança (0,829), governo eletrônico (0,964), meio ambiente (0,883), ciência e tecnologia (0,863), gastos públicos (0,721), tributos (0,731) e investimento social (0,803) possuem correlação positiva forte ou muito forte com o desenvolvimento humano. Ainda apresentaram correlação positiva as variáveis: liberdade civil (0,662), nível moderado; dívida pública (0,179) e trabalho e emprego (0,081), nível desprezível de correlação. Por outro lado, registraram correlação negativa os atributos: paz (-0,559), nível moderado; estabilidade de preços (-0,327) e distribuição de renda (-0,463), nível de correlação fraco.

Na segunda etapa, por meio da técnica de aprendizado não supervisionado denominada k-means, formaram-se clusters pelo nível de desenvolvimento dos países, a partir dos dados das 15 variáveis. Os resultados da formação dos clusters evidenciam que:

Cluster 0 (verde) Países Desenvolvidos

Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, Coreia do Sul, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia, Suécia e Suíça.

Cluster 2 (preto) Países em Desenvolvimento

África do Sul, Albânia, Argentina, Armênia, Botsuana, Brasil, Bulgária, Chile, Colômbia, Costa Rica, Geórgia, Jordânia, Macedônia do Norte, Malásia, Marrocos, Maurício, Mongólia, Namíbia, Panamá, Peru, Tunísia, Turquia, Ucrânia e Uruguai.

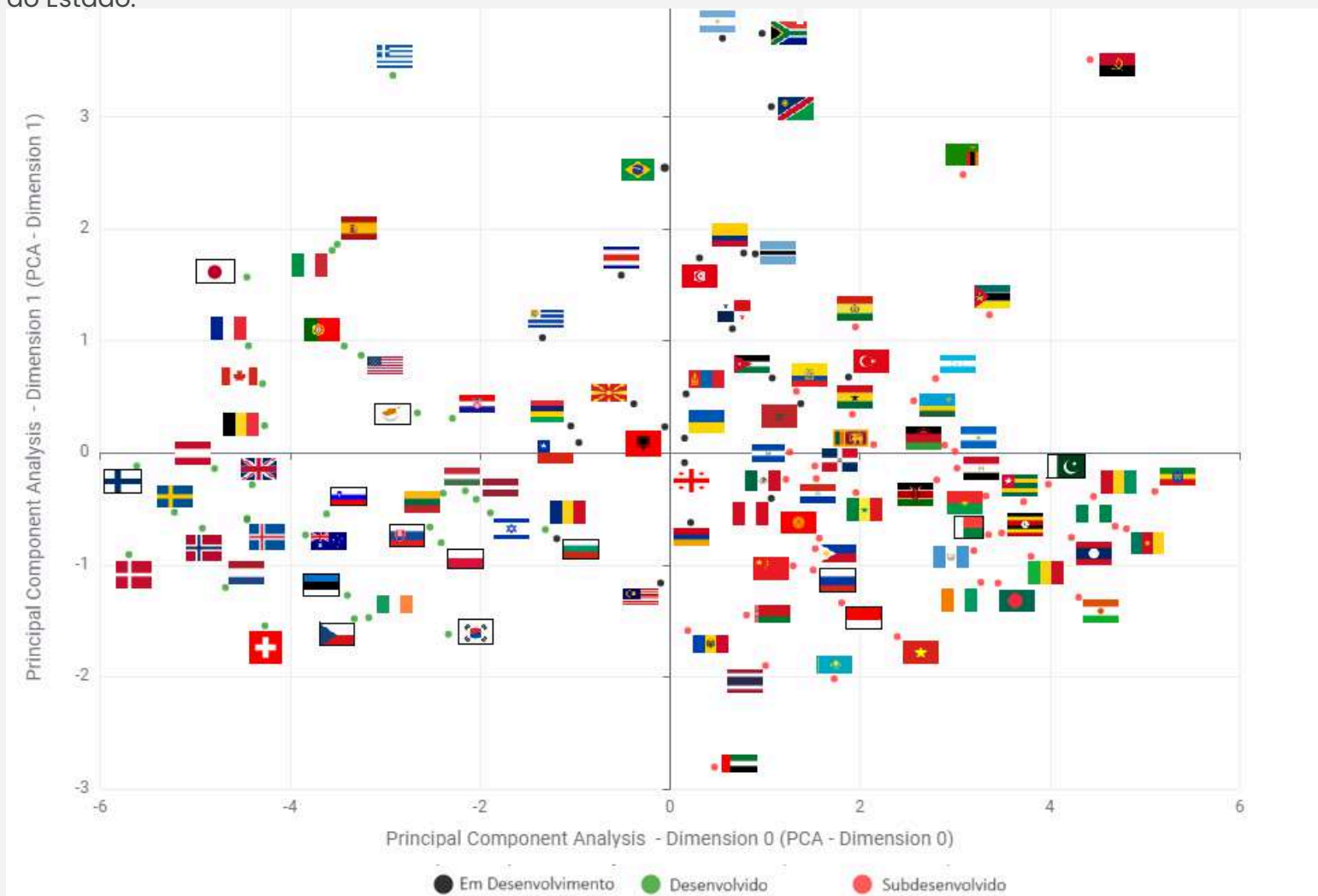
Cluster 1 (vermelho) Países Subdesenvolvidos

Angola, Bangladesh, Bielorrússia, Bolívia, Burkina Faso, Camarões, Cazaquistão, China, Costa do Marfim, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Equador, Etiópia, Filipinas, Gana, Guatemala, Guiné, Honduras, Indonésia, Laos, Madagascar, Malawi, Mali, México, Moçambique, Moldávia, Nicarágua, Níger, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Quênia, Quirguizistão, República Dominicana, Ruanda, Rússia, Senegal, Sri Lanka, Tailândia, Togo, Uganda, Vietnã e Zâmbia.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Buscou-se ainda, representar visualmente a formação dos clusters e a distribuição dos países. Por meio da regressão multivariada por Análise de Componentes Principais, captou-se a maior parte da representatividade e das informações dos 15 atributos inicialmente identificados no framework teórico. De acordo com o gráfico 01, evidencia-se relativa homogeneidade entre os Estados contidos dentro de cada um dos três grupos e heterogeneidade entre os clusters: desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. O Brasil está no cluster dos países em desenvolvimento.

Gráfico 01 – *Clustering K-means*: Análise de Componentes Principais das Variáveis das cinco Dimensões do Estado.

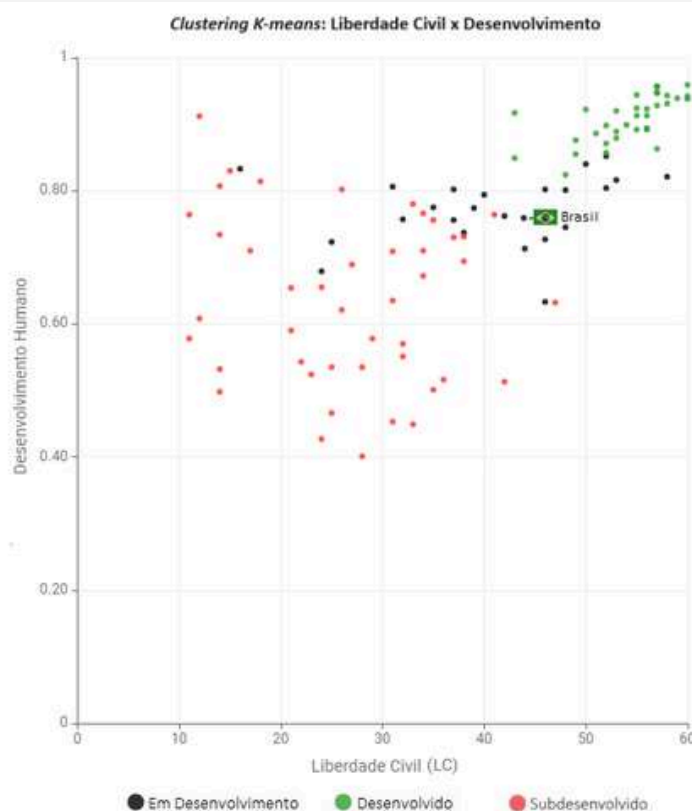
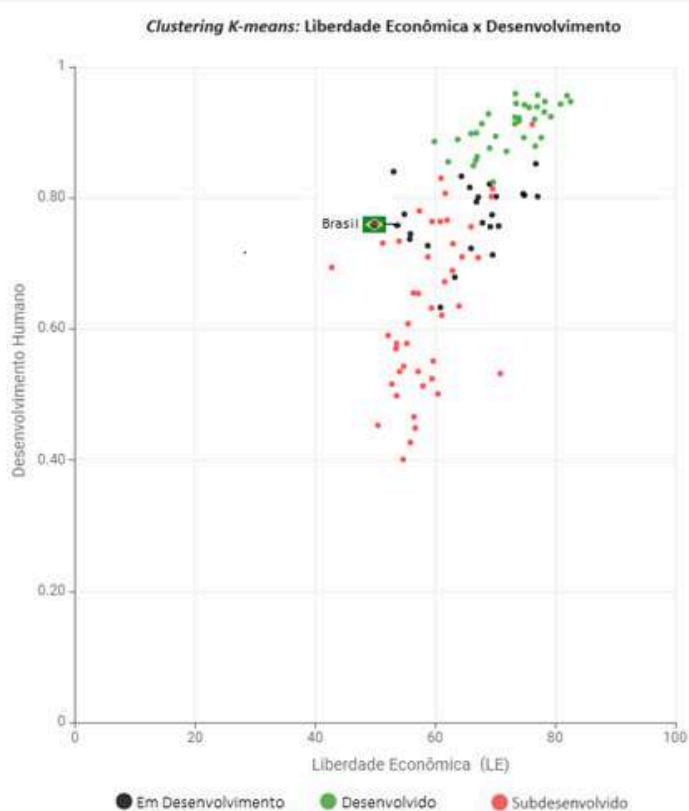


Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Ainda utilizando os resultados da formação dos clusters pelo algoritmo k-means, projetou-se gráficos bidimensionais entre cada uma das 15 variáveis sintetizadas no framework e o desenvolvimento humano, objetivando identificar padrão de similaridades e dissimilaridades entre os diferentes clusters. Os gráficos 02, 03, 04, 05 e 06 demonstram os resultados observados.

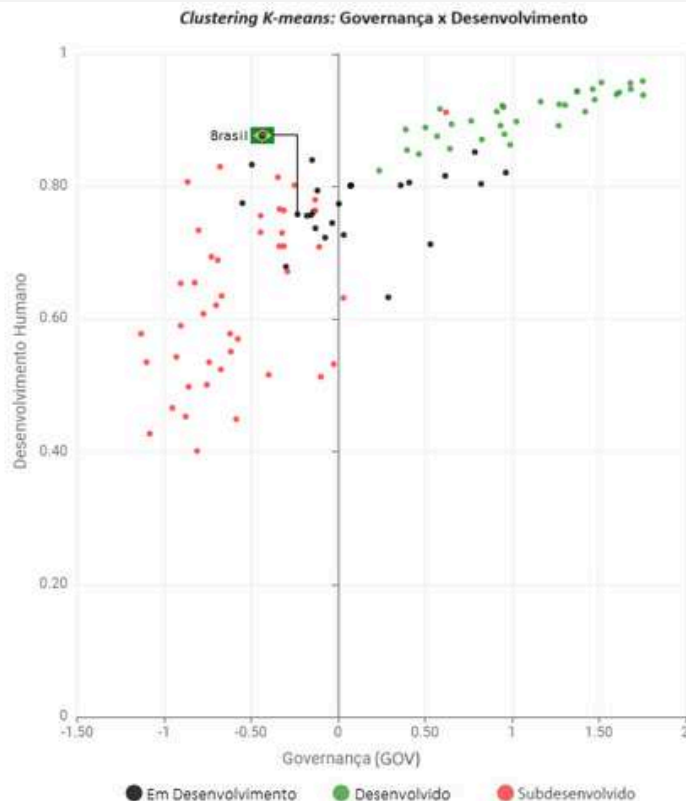
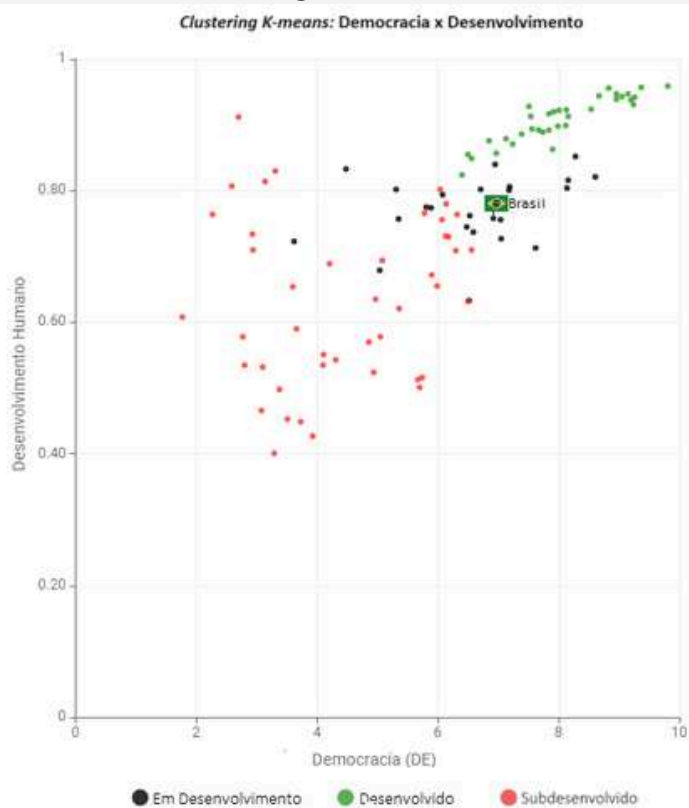
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Gráfico 02 – Clustering K-means: Variáveis da Dimensão Negativa da Liberdade.



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Gráfico 03 – Clustering K-means: Variáveis da Dimensão Positiva da Liberdade.

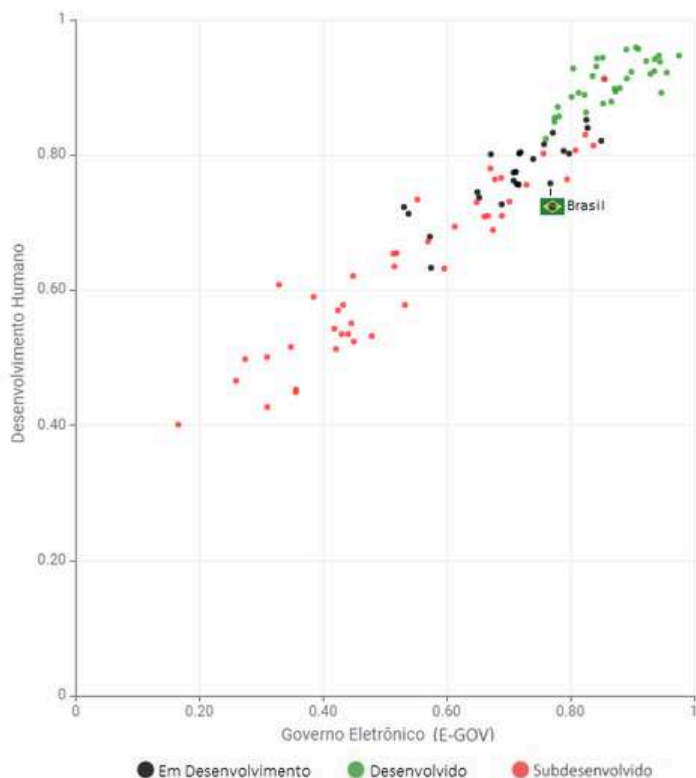


Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

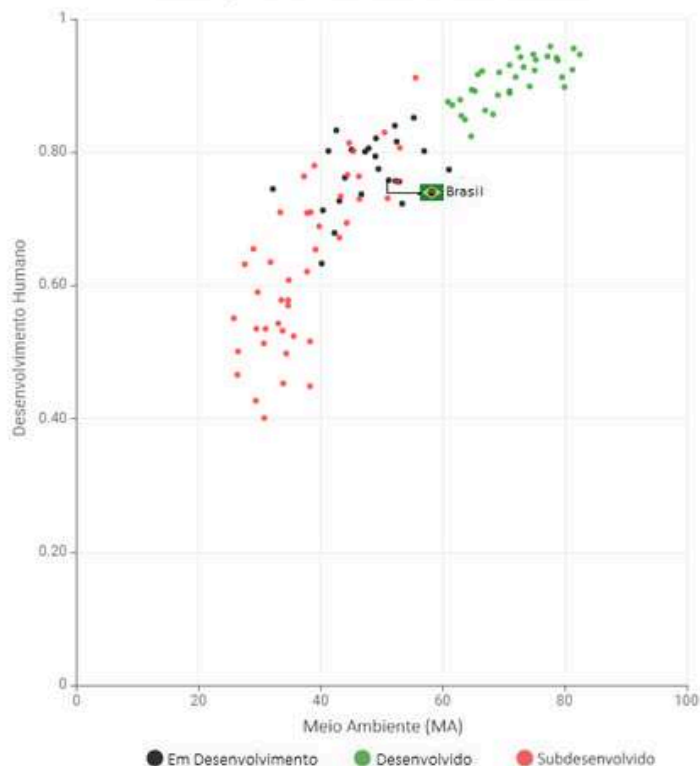
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Gráfico 04 – Clustering K-means: Variáveis da Dimensão Contemporânea do Estado no Século XXI.

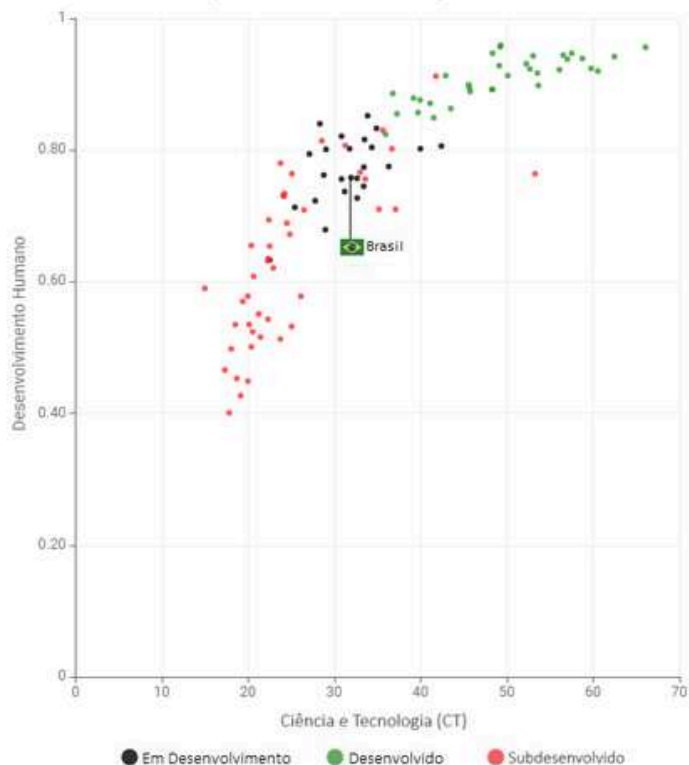
Clustering K-means: Governo Eletrônico x Desenvolvimento



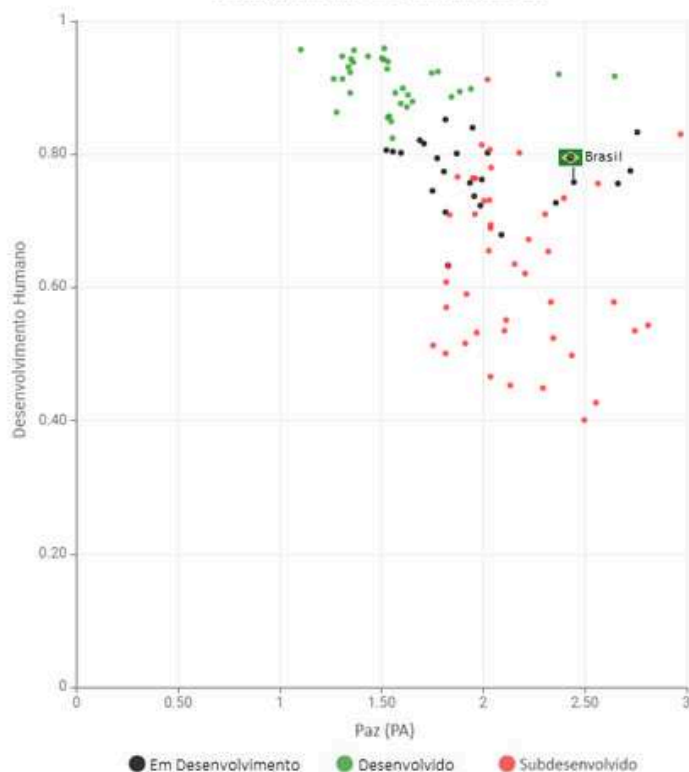
Clustering K-means: Meio Ambiente x Desenvolvimento



Clustering K-means: Ciência e Tecnologia x Desenvolvimento



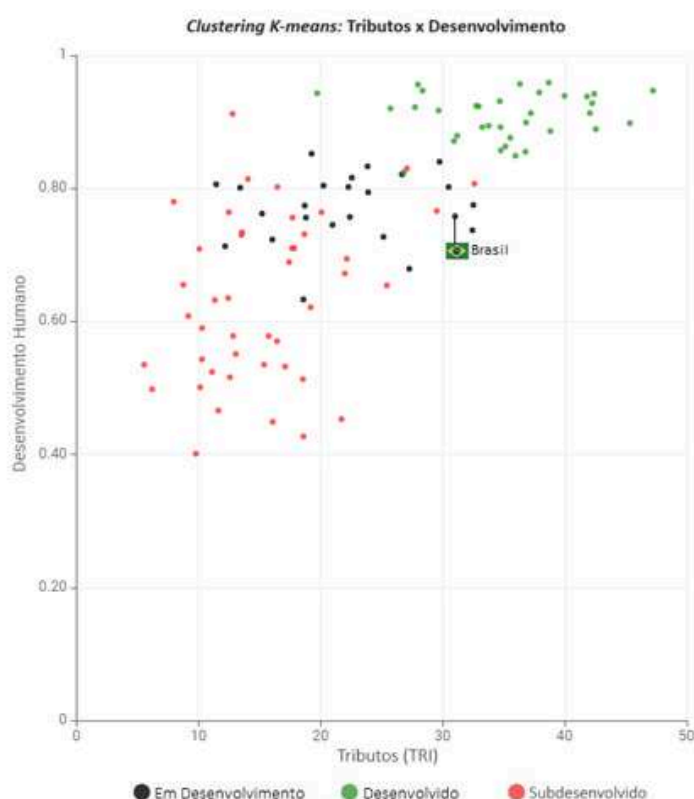
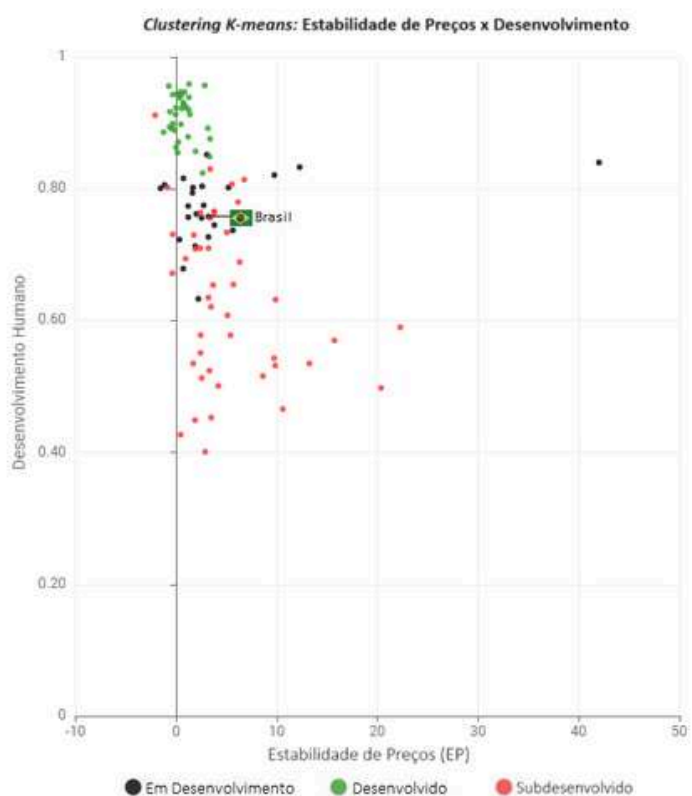
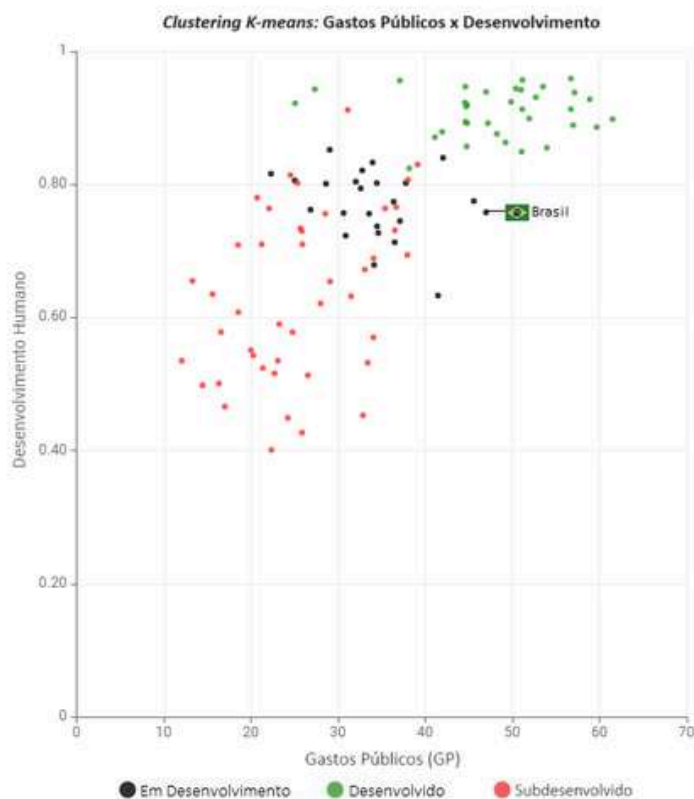
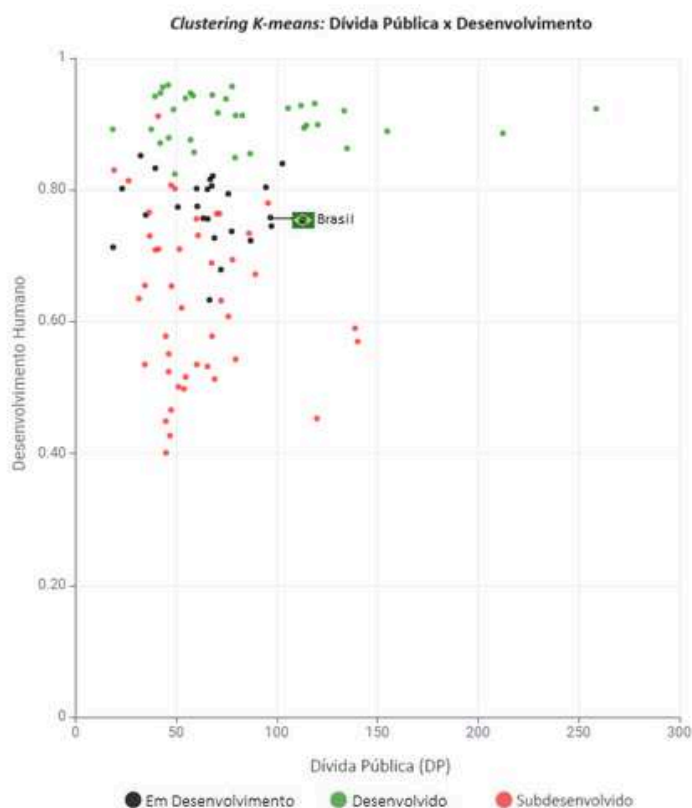
Clustering K-means: Paz x Desenvolvimento



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Gráfico 05 - Clustering K-means: Variáveis da Dimensão Econômico-Financeira e o Tamanho do Estado.

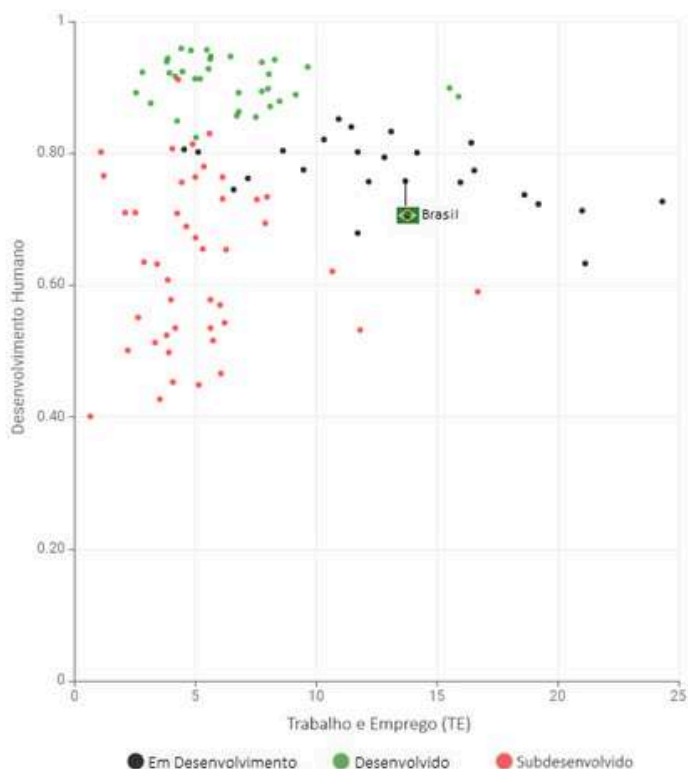


Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

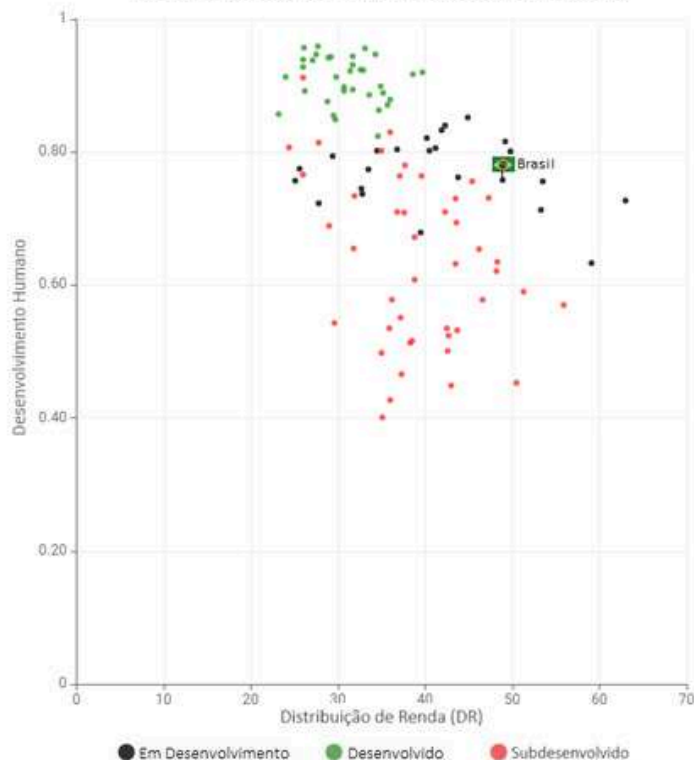
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Gráfico 06 – Clustering K-means: Variáveis da Dimensão de Bem-estar Social.

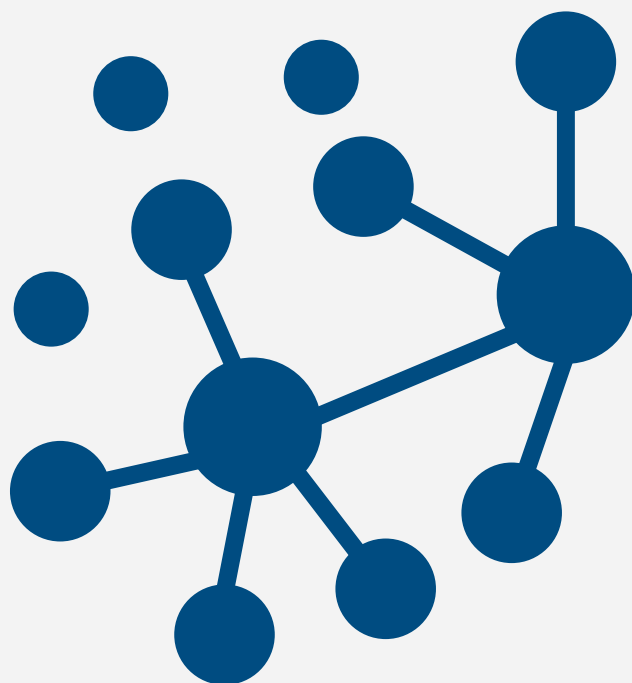
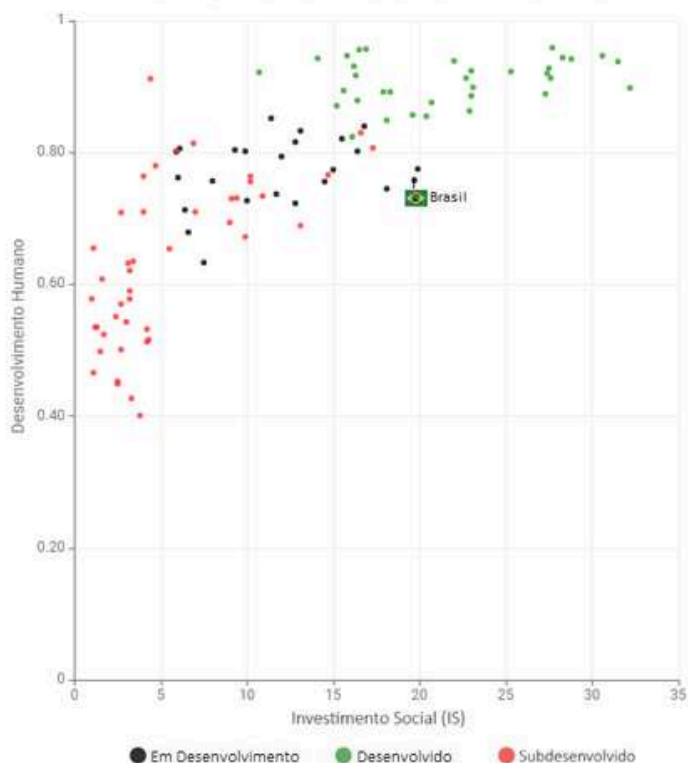
Clustering K-means: Trabalho e Emprego x Desenvolvimento



Clustering K-means: Distribuição de Renda x Desenvolvimento



Clustering K-means: Investimento Social x Desenvolvimento



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Na etapa final, sob a mesma base de dados, utilizou-se a técnica de aprendizado supervisionado chamada árvore de decisão, visando identificar quais foram as variáveis sintetizadas no framework mais relevantes para classificar os países pelo nível de desenvolvimento. Os resultados são apresentados na figura 02.

Figura 02 – Fluxograma: Aprendizado Supervisionado – Árvore de Decisão.



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

As evidências quantitativas e o framework teórico formam a base do diagnóstico dos Estados nacionais, em especial, do Estado brasileiro.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

C) DIAGNÓSTICO GERAL SOBRE DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS NACIONAIS

Observando os dados secundários dos indicadores representativos de cada uma das 15 variáveis, os fundamentos do Framework Teórico sobre uma Forma de Gerenciamento do Estado, as informações analíticas dos gráficos de clusterização e da árvore de decisão, é possível inferir, pelos padrões identificados de similaridade e dissimilaridade dos clusters, que os países desenvolvidos:

1. Possuem altos níveis de liberdade econômica, respeitam e prezam pela liberdade individual (civil);
2. São governos digitais e eletrônicos, com ampla variedade de serviços digitais;
3. Investem e valorizam a ciência e tecnologia;
4. Cuidam e respeitam o meio ambiente e prezam pelo desenvolvimento sustentável;
5. Vivem em paz e são locais seguros para se viver;
6. Têm carga tributária alta, gastam muito e possuem estabilidade inflacionária; e
7. Também gastam muito em investimento social e são países equilibrados em termos de distribuição de renda.

Então, pode-se dizer que a grande parte do conjunto de 15 variáveis contempladas pelo Framework Teórico sobre uma Forma de Gerenciamento do Estado é relevante para estabelecer similaridades e dissimilaridades entre os níveis de desenvolvimento, como se pode observar nos gráficos 02, 03, 04, 05 e 06. Gráficos estes que contemplam análises bidimensionais entre o Índice de Desenvolvimento Humano e cada uma das 15 variáveis, sob a perspectiva da formação de cluster pelo método k-means.

Também é possível inferir, a partir da identificação das variáveis mais relevantes [Governo Eletrônico (E-GOV); Governança (GOV); Investimento Social (IS) e Dívida Pública (DP)] para classificar os países pelo nível de desenvolvimento, por meio do aprendizado supervisionado de máquina do tipo árvore de decisão, que nações mais

desenvolvidas estão institucionalmente mais estáveis e consolidadas, por esse motivo se destacam em níveis de governança e de governo eletrônico.

Espera-se que nações transparentes, promotoras de controle social, fomentadoras do Estado de Direito e da base legal-normativa universal, defensoras da responsividade e da prestação de contas dos gestores públicos, defensoras das liberdades civis e políticas, incentivadoras da digitalização de serviços públicos e das políticas de dados abertos estejam num alto nível de maturidade institucional, e consequentemente, de prosperidade socioeconômica. Essa conjuntura representa o ápice da sociedade moderna. A estabilidade e o nível de riquezas também podem ter relevância na associação entre desenvolvimento e a proporção do dispêndio público, tanto de uma maneira geral, quanto de fomento específico ao investimento social, isso porque, numa fase anterior ao alto nível de desenvolvimento, suprimam as necessidades coletivas e comuns básicas de suas respectivas populações.

No geral, os resultados do estudo quantitativo reforçam a relevância dos atributos caracterizados no framework teórico.

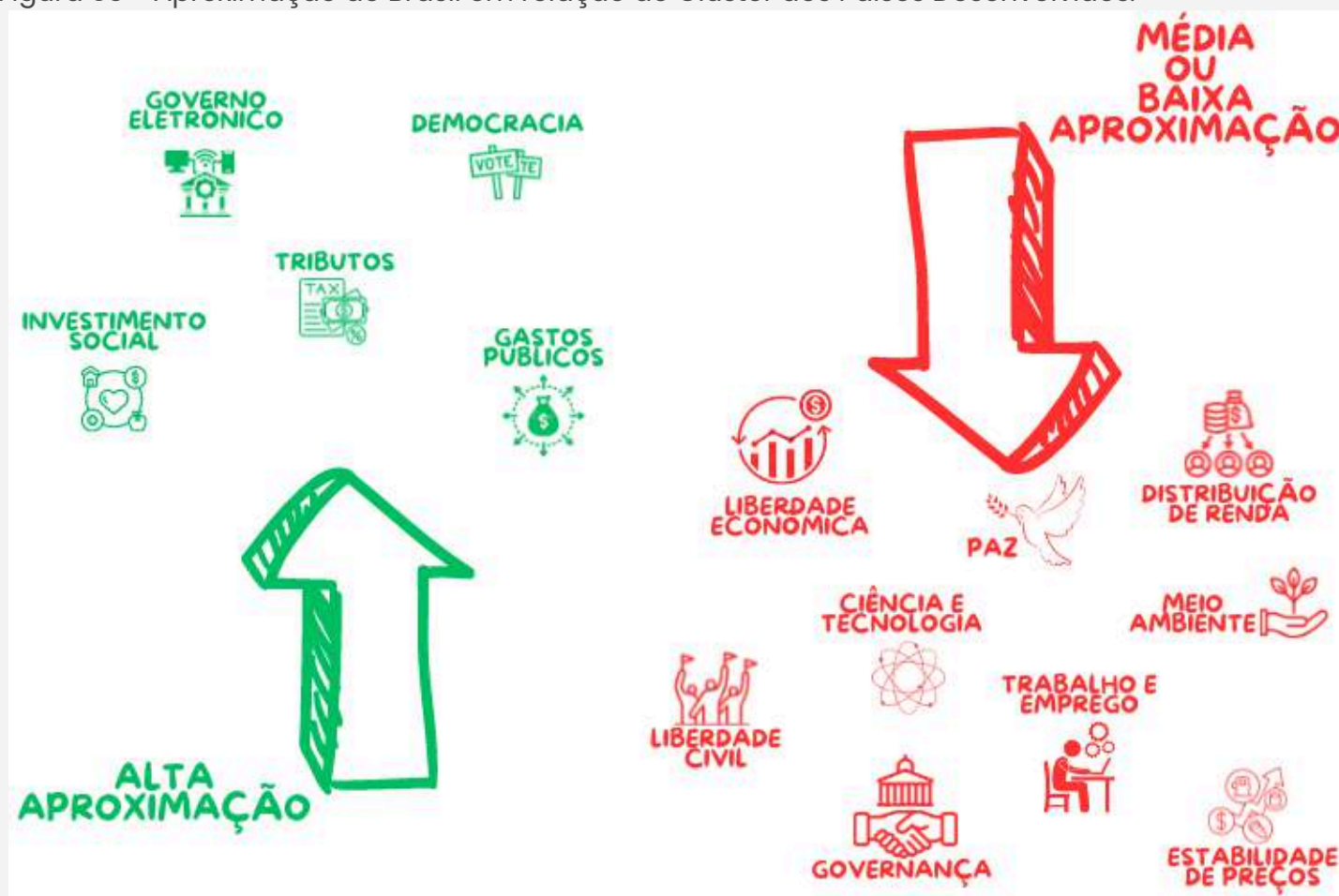


DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

D) DIAGNÓSTICO DO ESTADO BRASILEIRO

Avaliando as informações contidas nos gráficos 01, 02, 03, 04, 05 e 06, que tratam da clusterização pelo método algorítmico *k-means*, e na figura 02, que demonstra resultados da árvore de decisão, pode-se avaliar os padrões de comportamento das 15 variáveis, identificar os níveis de desenvolvimento e apontar a situação específica do Brasil perante as demais nações, constituindo-se um diagnóstico da situação. Os resultados dessa avaliação estão na figura 03.

Figura 03 – Aproximação do Brasil em relação ao Cluster dos Países Desenvolvidos.



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Dentre as variáveis avaliadas, o Brasil apresenta desempenho próximo ao cluster dos países desenvolvidos para os atributos: investimento social (IS), tributos (TRI), gastos públicos (GP), governo eletrônico (E-GOV) e democracia (DE), conforme demonstrado nos gráficos 03 (DE), 04 (E-GOV), 05 (GP e TRI) e 06 (IS), que apresentam visualmente o resultado da clusterização, comparando a prosperidade socioeconômica e cada uma das variáveis constituídas no framework.

Apesar do Brasil ter níveis de investimento social (gráfico 06) e gastos públicos (gráfico 05) de países desenvolvidos, ele possui alta concentração de renda, forte desigualdade regional e serviços públicos ineficientes em diversas áreas (educação, saúde e segurança, por exemplo), conforme diversos indicadores nacionais e internacionais. Na educação, o Brasil está entre as piores posições no Ranking do Programme for International Students Assessment (PISA/2022), que avalia aprendizado em matemática, ciências e leitura (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2023).

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Na segurança pública, a nação convive com um número altíssimo de homicídios, organizações criminosas internacionais, tráfico internacional de drogas e várias cidades entre as mais violentas do mundo (Brasil, 2024a; Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal A.C., 2024).

Outra característica que fortalece essa percepção de ineficiência é a carga tributária do Brasil, considerada alta e próxima ao nível dos países desenvolvidos, além disso, o sistema tributário brasileiro é extremamente complexo e regressivo (Brasil, 2023c). O gráfico 05 demonstra que a carga tributária brasileira é muito próxima à dos países desenvolvidos. O Brasil tem buscado há décadas reorganizar o sistema tributário, tornando mais equitativo, mais neutro, mais simples e menos regressivo. Recentemente, o Congresso Nacional aprovou a parte da reforma tributária dedicada a reformular os tributos associados ao consumo, unificando alguns deles (Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)) numa cobrança exclusiva, dividindo-a na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), competência federal, e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), competência estadual (Brasil, 2023a). É esperado que o Governo Lula encaminhe a outra parte da reforma ainda em 2024, que tratará dos tributos sobre renda e patrimônio. Sobre o investimento social, o país ao longo das últimas décadas tem elaborado diferentes políticas públicas com finalidade de promover direitos sociais, coletivos e individuais homogêneos, garantindo um mínimo de bem-estar social para a população em geral. Pode-se citar a instituição do Benefício Assistencial de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, Sistema Único de Saúde, educação gratuita (básica à pós-graduação), Previdência Social, Tarifa Social de Energia Elétrica e Minha Casa Minha Vida (Brasil, 2024b, 2024c).

É possível dizer que a nação não consegue transformar o volume de recursos públicos arrecadados em políticas públicas capazes de promover distribuição de renda e serviços públicos próximos ao nível de nações que cumpriram o estágio de desenvolvimento. Sendo assim, cabe uma observação, apesar do Brasil possuir carga tributária, investimento social e gastos públicos próximos aos observados entre as nações do *cluster* de países desenvolvidos, não se evidencia um aspecto positivo e favorável, pelo nível de serviço ofertado e pela alta desigualdade de renda.

Por outro lado, observando os gráficos 03 (DE) e 04 (E-GOV), é possível inferir que o desempenho brasileiro nas variáveis governo eletrônico e democracia demonstra um aspecto positivo e favorável das ações, políticas públicas e comportamento político-institucional do país. Reconhecidamente, o Brasil tem promovido diversas ações estatais relacionadas ao Governo Eletrônico, como por exemplo: a iniciativa do ecossistema do “Gov.Br”, que digitaliza e integra diversos serviços públicos; a utilização de sistemas de gerenciamento de processos por inúmeros órgãos e entidades; a oferta de serviços públicos (certidões, PIX, Real Digital, chatbots, Data Mining) e interação ativa com cidadão pelo meio digital. Em relação à democracia, o Brasil tem reforçado o regime democrático e o Estado de direito nas últimas quatro décadas, por meio da Constituição Federal de 1988, de um arcabouço normativo-legal integrado, de instituições fortes e independentes, e de ferramentas de controle social (orçamento participativo, plebiscito, referendo, canais de ouvidoria, denúncias aos tribunais de contas, transparência, dados abertos, Plano Plurianual Participativo, por exemplo).

Em inúmeras características, o Brasil teve média ou baixa aproximação ao cluster das nações desenvolvidas, conforme evidenciado pelos gráficos 01, 02, 03, 04, 05 e 06. Para liberdade econômica (gráfico 02), meio ambiente (gráfico 04), ciência e tecnologia (gráfico 04), paz (gráfico 04) e governança (gráfico 03), o Brasil apresentou indicadores muito aquém do cluster dos países desenvolvidos.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O Brasil possui diversas cidades entre as mais violentas do mundo e possui sérias dificuldades no combate ao crime organizado, outro indicador relevante para apresentar o cenário de segurança pública no país é a quantidade de homicídios, que em 2022 atingiu quase 39.000 vítimas (Brasil, 2024a). O grande problema da paz no país está associado à questão interna.

Por outro lado, observa-se diversos movimentos do Estado brasileiro visando promover um maior nível de governança, tais como: Lei da Transparência, Lei de Acesso à Informação, Política de Dados Abertos, Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União, Política de Governança da Administração Pública Federal e mecanismos de controle social. Reflexões podem ser feitas sobre o desempenho da liberdade econômica no Brasil, avaliando o nível de abertura comercial; a dificuldade de realizar negócios ou abrir e fechar uma empresa; a segurança e estabilidade normativo-jurídica; o peso da carga tributária; o nível de intervenção direta e indireta do Estado, por meio de empresas estatais e regulação; e integridade do governo.

Em relação ao meio ambiente, o Estado brasileiro enfrenta grandes e específicos problemas ambientais: poluição, emitindo pouco mais de 2,3 bilhões de toneladas brutas de gases do efeito estufa no ano de 2022, conforme dados do Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa - Observatório do Clima (2024); desmatamento, degradando 2,05 milhões de hectares de floresta em 2022, segundo MapBiomas (2023b); e queimadas, eliminando 16,19 milhões de hectares em 2022 (MapBiomas, 2023a).

Por fim, analisando algumas informações compiladas e organizadas pelo Brasil (2023b), o país investiu 1,14 % do PIB em ciência e tecnologia no país no ano de 2020, países desenvolvidos referência em tecnologia investem de 2 a 4% do PIB. A grande parte dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento no Brasil é financiada por recursos públicos, em

contrapartida, em nações prósperas, a maior parte do financiamento está nas empresas privadas.

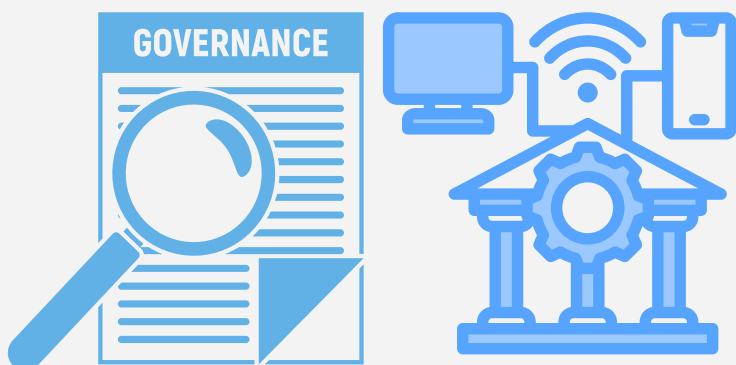
Outro destaque, o Estado brasileiro possui um número de pesquisadores em tempo integral proporcionalmente inferior aos países desenvolvidos e a ampla maioria dos pesquisadores estão na iniciativa pública, de maneira contrária àqueles. Os registros de marcas e patentes no Brasil são expressivamente baixos dado ao investimento, quando analisados sob o prisma dos Estados prósperos (Brasil, 2023b). Avaliando esse contexto, vê-se que a ciência, tecnologia e inovação no Brasil são feitas com investimento público, por meio de pesquisadores públicos. Empresas privadas absorvem pouquíssimos doutores e fazem poucas parcerias com universidades em prol da pesquisa e desenvolvimento. Não se trabalha inovação e tecnologia sob a perspectiva de demanda e investe-se em commodities. Reflexos dessas políticas estão no nível de complexidade econômica do país, que se encontra na 70ª posição do ranking de complexidade econômica de Harvard. O atlas do Brasil nesse ranking demonstra o perfil voltado para commodities e baixa produção de alta complexidade tecnológica (The Growth Lab at Harvard University, 2022).

Analisando os gráficos 02, 05 e 06, também verifica que apresentaram média ou baixa aproximação com o cluster de países desenvolvidos as variáveis: trabalho e emprego (gráfico 06), liberdade civil (gráfico 02) e estabilidade de preços (gráfico 05). Já a dívida pública não demonstrou padrão de dissimilaridade evidente entre os países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, tal qual constatado no gráfico 05. Desde a década de 90, o Estado brasileiro desenvolveu mecanismos e políticas públicas visando obter uma moeda forte e estável, entre eles estão: o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Tripé Macroeconômico (responsabilidade fiscal, câmbio flutuante e Regime de Metas de Inflação), a autonomia do Banco Central do Brasil, a constituição de reservas internacionais expressivas, o Regime de Teto de Gastos e o Regime Fiscal Sustentável.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Os direitos civis no Brasil foram restituídos pela Constituição Federal de 1988, apesar disso, a efetivação de alguns deles ainda é o grande desafio para os gestores públicos e deve ser sempre demanda pelo cidadão. Esse movimento também faz parte do sistema de controle social.

Outra importante observação cabe no diagnóstico brasileiro. Na categorização do nível de desenvolvimento dos países constituída pelo algoritmo da árvore de decisão (aprendizado supervisionado), viu-se que os atributos governo eletrônico (E-GOV) e governança (GOV) são os mais relevantes para classificar um país como desenvolvido.



Esse resultado traz uma boa perspectiva para o nível de desenvolvimento brasileiro. Desde a última década, o país tem feito diversos movimentos fomentadores da governança e promotores do governo eletrônico (Lei da Transparência, PIX, Real Digital, Gov.Br, chatbots, Data Mining, Lei de Acesso à Informação, Política de Dados Abertos, Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União, Política de Governança da Administração Pública Federal e mecanismos de controle social). Eles demonstram um esforço do Brasil para estabilidade e maturidade institucional-econômica, responsividade, transparência, controle social, digitalização de serviços, redefinição de processos, fomento à segurança jurídica, defesa das liberdades e redefinição do seu papel perante a sociedade.





PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A partir dos fundamentos de gestão do Estado sintetizados no framework teórico, dos resultados evidenciados pelos gráficos 01, 02, 03, 04, 05 e 06 e pela árvore de decisão (figura 02), e do diagnóstico específico do Estado brasileiro, propôs-se a fazer um brainstorming (levantamento de ideias) de planos de ação e políticas públicas que pudessem ser implementados pelo Brasil, para aproximá-lo ao nível de desenvolvimento observado pelo cluster de países desenvolvidos, melhorando os indicadores de desempenho atrelados à cada uma das variáveis. As recomendações ao Estado brasileiro estão compiladas no tópicos a seguir, que individualizam a avaliação pelas variáveis.



- Fomentar a independência orçamentária, institucional e administrativa do Banco Central;
- Desenvolver o compromisso com o arcabouço fiscal;
- Promover a responsabilidade fiscal e buscar o cumprimento das metas do resultado primário e fiscal;
- Promover ajustes estruturais na economia (infraestrutura, tecnologia e pessoas);
- Controlar a dívida pública;
- Manter reservas internacionais expressivas.



**Estabilidade
de
Preços**



Liberdade Civil

- 
- ▶ Promover e garantir direitos individuais;
 - ▶ Proteger e fomentar os mecanismos do Estado de Direito.



- Desenvolver planos de monitoramento permanente de florestas; ▶
- Instituir políticas de incentivo à produção de energia limpa; ▶
- Instituir políticas de produção baseadas num modelo econômico ▶
sustentável;
- Instituir políticas de reflorestamento de áreas devastadas com ▶
espécies nativas;
- Instituir políticas de constituição de Unidades de Conservação; ▶
- Promover educação ambiental, que esteja inserida na promoção do ▶
ensino para fomentar a conscientização pública;
- Endurecer legislação federal sobre políticas ambientais; ▶
- Fortalecer mecanismos de fiscalização e incentivar a integração ▶
desses entre os 3 entes;
- Investir na infraestrutura e na falta de profissionais especializados; ▶
- Constituir políticas de economia circular, visando gestão e redução ▶
de resíduos;
- Fomentar parcerias internacionais e buscar fundos financeiros; ▶
- Fomentar novas iniciativas que promovam atividades produtivas ▶
sustentáveis



Meio Ambiente



- ▶ Instituir política de segurança nacional, que seja coordenada entre os entes (União, estados e municípios);
- ▶ Desenvolver banco de dados nacional sobre práticas criminosas;
- ▶ Utilizar mecanismos de inteligência na investigação;
- ▶ Desenvolver políticas de vigilância permanente de fronteiras;
- ▶ Redefinir papéis das polícias;
- ▶ Promover reforma no código processual penal brasileiro;
- ▶ Instituir a prisão em 2ª instância;
- ▶ Estabelecer política específica de combate ao crime organizado baseada na inteligência;
- ▶ Estabelecer políticas de recuperação de detentos, visando integrá-los à sociedade, via trabalho, geração de renda e formação;
- ▶ Investir na educação nacional, visando aumentar a qualidade do ensino;
- ▶ Instituir políticas de prevenção de crimes.



Paz





Trabalho e Emprego

- Investir na educação básica e fundamental;
- Promover formação continuada de professores da educação básica e fundamental;
- Promover e incentivar o ensino técnico-profissionalizante;
- Desenvolver política nacional para modernizar parque industrial brasileiro;
- Facilitar e incentivar o empreendedorismo;
- Fomentar o micro e pequeno empreendedor;
- Facilitar o sistema de negócios no Brasil, desregulamentado a economia;
- Reformar o sistema trabalhista e modernizar relações trabalhistas.



Rever incentivos fiscais; ➤

Rever gastos públicos; ➤

Rever a incrementalidade do orçamento público brasileiro; ➤

Reformar sistema previdenciário; ➤

Reformar a Administração Pública; ➤

Aprimorar o planejamento integrado ao orçamento com foco no médio prazo; ➤

Promover contabilidade pública realista; ➤

Estabelecer compromisso com metas dos resultados primário e nominal; ➤

Definir política de controle de gastos estaduais e municipais; ➤

Oferecer transparência nas políticas macroeconômicas; ➤

Identificar oportunidades de venda de ativos públicos para reduzir a dívida; ➤

Buscar estabilidade de preços. ➤



Dívida Pública

- Desenvolver políticas nacionais que fomentem parcerias entre a iniciativa privada e pública no desenvolvimento da pesquisa;
- Reformar o sistema federal de ensino superior;
- Reformar e investir na educação básica e fundamental;
- Fortalecer e utilizar agências de fomento de pesquisa e inovação, e bancos de desenvolvimento para fomentar geração de ciência e tecnologia;
- Fomentar parques e centros tecnológicos municipais, regionais, estaduais e nacionais, que integrem sociedade, universidades, ensino técnico e tecnológico, iniciativa privada e poder público;
- Revisar legislação federal objetivando facilitar o desenvolvimento de pesquisas, de inovação e de ciência, tais como a Lei da Inovação.



Ciência e Tecnologia



Distribuição de Renda

- Promover sistema tributário progressivo na renda e no patrimônio;
- Promover sistema tributário que desonere a tributação no consumo;
- Rever incentivos fiscais;
- Interligar políticas sociais com políticas de incentivo à qualificação profissional e ao incentivo à geração de trabalho e renda;
- Fomentar políticas sociais;
- Promover educação de qualidade, investindo na infraestrutura e na formação de educadores;
- Promover mecanismos estabilizadores de preços;
- Estabelecer políticas de qualificação da oferta de trabalho.



- Promover abertura comercial; ➤
- Fomentar a prática concorrencial; ➤
- Facilitar e incentivar o empreendedorismo; ➤
- Desburocratizar a máquina pública; ➤
- Rever incentivos fiscais; ➤
- Fomentar o cooperativismo; ➤
- Fomentar o micro e pequeno empreendimento; ➤
- Reformar o sistema trabalhista e renovar as relações de trabalho; ➤
- Oferecer segurança jurídica e base legal estável; ➤
- Promover a responsabilidade fiscal e o cumprimento de metas fiscais; ➤
- Revisar e modernizar regulamentações. ➤



Liberdade Econômica



Governança

- Promover transparência ativa;
- Fomentar a política de dados abertos;
- Formar lideranças participativas e colaborativas;
- Promover segurança jurídica e base legal estável;
- Promover mecanismos de defesa ao Estado de Direito;
- Fortalecer papéis e responsabilidades das Instituições;
- Fomentar independência administrativa dos Tribunais de Contas, principalmente à substituição do modelo de indicação dos membros titulares;
- Aprimorar o Sistema de Controle Interno nacional, integrando ações dos 3 poderes;
- Aprimorar o Sistema de Integridade Federal e disseminá-lo pela Administração Pública Federal;
- Desenvolver ferramentas de suporte ao controle social;
- Fomentar participação social mediante instituição de novos modelos participativos e fortalecimento da efetividade dos modelos existentes;
- Instituir ferramentas para aumentar a efetividade na promoção do accountability e na responsabilização dos agentes políticos.

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Ismaley Marques Martins Fontes

Mestrando

Contato:

ismaley_fontes@hotmail.com

Daniela de Castro Melo

Docente Orientadora

Contato:

daniela.melo@uftm.edu.br

Danielli Araújo Lima

Docente Coorientadora

Contato:

danielli@iftm.edu.br

DATA DE REALIZAÇÃO

26/07/2024



REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Emenda Constitucional No 132. Altera Sistema Nacional Tributário. 20 dez. 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc132.htm#art4. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação: 2022. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), 2023b. Disponível em: <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/5624>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. Mapa da Segurança Pública 2024. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-de-seguranca-publica-2024.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Portal da Transparência. [S. I.], 2024b. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/beneficios-ao-cidadao>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Social e Políticas Públicas. [S. I.], 2024c. Disponível em: [https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/cadunico-possibilita-acesso-a-mais-de-30-programas-sociais-saiba-como-se-inscrever#:~:text=Os%20principais%20programas%20e%20benef%C3%ADcios,\(Cisternas\)%2C%20e%20Isen%C3%A7%C3%A3o%20de](https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/cadunico-possibilita-acesso-a-mais-de-30-programas-sociais-saiba-como-se-inscrever#:~:text=Os%20principais%20programas%20e%20benef%C3%ADcios,(Cisternas)%2C%20e%20Isen%C3%A7%C3%A3o%20de). Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. TCU avalia cenário do sistema tributário brasileiro. [S. I.], 2023c. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-cenario-do-sistema-tributario-brasileiro.htm>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Social e Políticas Públicas. [S. I.], 2024c. Disponível em: [https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/cadunico-possibilita-acesso-a-mais-de-30-programas-sociais-saiba-como-se-inscrever#:~:text=Os%20principais%20programas%20e%20benef%C3%ADcios,\(Cisternas\)%2C%20e%20Isen%C3%A7%C3%A3o%20de](https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/cadunico-possibilita-acesso-a-mais-de-30-programas-sociais-saiba-como-se-inscrever#:~:text=Os%20principais%20programas%20e%20benef%C3%ADcios,(Cisternas)%2C%20e%20Isen%C3%A7%C3%A3o%20de). Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. TCU avalia cenário do sistema tributário brasileiro. [S. I.], 2023c. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-cenario-do-sistema-tributario-brasileiro.htm>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construção do Estado e Administração Pública, uma abordagem histórica: GV Pesquisa. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/7522298e-7382-494e-ab4e-e34a1e6cb9e2/content>. Acesso em: 14 jan. 2024.

CONSEJO CIUDADANO PARA LA SEGURIDAD PÚBLICA Y LA JUSTICIA PENAL A.C. Metodología del ranking 50 de las ciudades más violentas del mundo. Cidade do México: [s. n.], 2024. Disponível em: https://geoenlace.net/seguridadjusticiaypaz/archivo/7a7399_f4484d750a.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

COPELLI, Giancarlo Montagner. A necessidade de novos discursos teóricos frente à crise do Estado Social. [s. I.], v. 61, p. 136–159, 2022.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, [s. I.], v. 24, p. 85–116, 1991.

REFERÊNCIAS

FLECK, Amaro. O que é o neoliberalismo? Isto existe?. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, [s. l.], v. 29, n. 59, p. 248–269, 2022.

INNSET, Ola. *Reinventing Liberalism: The Politics, Philosophy and Economics of Early Neoliberalism (1920–1947)*. 1. ed. Switzerland: Springer Cham, 2020.

MAPBIOMAS. Monitor do Fogo. [S. l.], 2023a. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/monitor-do-fogo>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MAPBIOMAS. Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2022. São Paulo: MapBiomas, 2023b. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Resultados do PISA 2022 (Volume I): The State of Learning and Equity in Education: PISA. Paris: [s. n.], 2023. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/pisa-2022-results-volume-i_53f23881-en. Acesso em: 19 jun. 2024.

PASI, Giulio; MISURACA, Gianluca. Welfare 2.0: future scenarios of social protection systems in the digital age. *Policy Design and Practice*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 163–176, 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SISTEMA DE ESTIMATIVA DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA – OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil. Piracicaba: Observatório do Clima, 2024. Disponível em: <https://seeg.eco.br/relatorios/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

THE GROWTH LAB AT HARVARD UNIVERSITY. *The Atlas of Economic Complexity*. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza; ZANARDINI, João Batista; DEITOS, Roberto Antonio. Do Estado de Bem-Estar Social ao neodesenvolvimentismo: considerações sobre o papel do Estado sob o capital. *Revista Linhas*, [s. l.], v. 21, n. 46, p. 72–90, 2020.

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico



Ministério da Educação

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Coordenação do Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

OFÍCIO Nº 90/2024/CPROFIAP/ICTE/UFTM

Uberaba, 07 de agosto de 2024.

Ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)

Ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Assunto: **Relatório Técnico Conclusivo.**

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado “**Relatório técnico: uma proposta de Framework Teórico sobre uma Forma de Gerenciamento do Estado com evidências quantitativas e o contexto brasileiro**”, derivado da dissertação de mestrado em Administração Pública, de autoria de Ismaley Marques Martins Fontes.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), cuja instituição associada é a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um Relatório Técnico e seu propósito é trazer insights de gestão ao Estado Brasileiro e um diagnóstico teórico e prático.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço sec.profiap@uftm.edu.br ou telefone (34) 3700-6664.

Favor acusar o recebimento.

ISMALEY MARQUES MARTINS FONTES

Discente do PROFIAP/UFTM

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

PROF.^a DR.^a DANIELA DE CASTRO MELO
Docente do PROFIAP/UFTM



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA DE CASTRO MELO**, **Coordenador(a) do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública**, em 07/08/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.uftm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1310021** e o código CRC **5258DD26**.

R. Conde de Prados, nº 155, - Bairro Abadia, Uberaba/MG, CEP 38025-260
Telefone: (34) 3700-6664 E-mail: sec.profiap@uftm.edu.br

Referência: Processo nº 23085.008617/2024-61

SEI nº 1310021

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

ENC: Disponibilização do Relatório Técnico - Pesquisa de Mestrado Profissional

Agenda Gabinete <agenda.gabinete@planejamento.gov.br>

Qua, 07/08/2024 16:38

Para:ismaley_fontes@hotmail.com <ismaley_fontes@hotmail.com>;ASTEC-MPO <astec.mpo@planejamento.gov.br>

Cc:Agenda Gabinete <agenda.gabinete@planejamento.gov.br>

📎 2 anexos (14 MB)

Relatório Técnico - Ismaley Marques Martins Fontes - Padrão CANVAS.pdf; Ofício Relatório Técnico Conclusivo - Ismaley.pdf;

Prezado **Ismaley Marques Martins Fontes**,

Cumprimentando-o cordialmente, acusamos o recebimento e informamos que a demanda foi encaminhada para a Coordenação Documental da Assessoria Técnica do Gabinete da Ministra para cadastro e posterior encaminhamento.

Atenciosamente,



Coordenação de Agenda

agenda.gabinete@planejamento.gov.br

(61) 2020-4100 | 4102

Gabinete da Ministra

Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento

De: Ismaley Marques Martins Fontes. <ismaley_fontes@hotmail.com>

Enviada em: quarta-feira, 7 de agosto de 2024 14:53

Para: Agenda Gabinete <agenda.gabinete@planejamento.gov.br>; Marília Oliveira Barbosa Lima <marilia.lima@planejamento.gov.br>; Gabin se.mpo <gabin.se.mpo@planejamento.gov.br>; sage.se.mpo@economia.gov.br; CGEST <cgest@planejamento.gov.br>; ouvidoria.mpo@planejamento.gov.br; SEPLAN-MPO <seplan@planejamento.gov.br>; André Luiz Campos De Andrade <andre.andrade@planejamento.gov.br>; Suripongse Naibert Chimpliganond <suripongse.naibert@planejamento.gov.br>

Cc: DANIELA DE CASTRO MELO <daniela.melo@uftm.edu.br>; Danielli Araújo Lima <danielli@iftm.edu.br>; Ismaley Marques Martins Fontes. <ismaley_fontes@hotmail.com>

Assunto: Disponibilização do Relatório Técnico - Pesquisa de Mestrado Profissional

Prezados(as) Responsáveis do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO),

Bom Dia,

Encaminha-se o "RELATÓRIO TÉCNICO: UMA PROPOSTA DE FRAMEWORK TEÓRICO SOBRE UMA FORMA DE GERENCIAMENTO DO ESTADO COM EVIDÊNCIAS QUANTITATIVAS E O CONTEXTO BRASILEIRO" (documento anexo), por meio do OFÍCIO Nº 90/2024/CPROFIAP/ICTE/UFTM (também em anexo), como resultado da dissertação intitulada "FRAMEWORK TEÓRICO SOBRE UMA FORMA DE GERENCIAMENTO DO ESTADO, EVIDÊNCIAS QUANTITATIVAS E O CONTEXTO BRASILEIRO", que será apresentada no dia 05 de setembro de 2024 e avaliada por banca examinadora previamente constituída,

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

para conclusão do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PROFIAP/UFTM).

O documento refere-se ao produto técnico-tecnológico desenvolvido para o Estado Brasileiro, na perspectiva específica dos Ministérios do Planejamento e Orçamento (MPO) e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Ele foi constituído por meio de um Framework Teórico sobre um Modelo de Gerenciamento do Estado, seguido de um diagnóstico do Estado Brasileiro e finalizado com recomendações de ações governamentais e de políticas públicas para desenvolvimento do Brasil.

Em síntese, objetivava levantar insights de gestão institucional ao Estado Brasileiro, por meio de um diagnóstico, teórico e prático.

ISMALEY MARQUES MARTINS FONTES
Discente do PROFIAP/UFTM

Profª. Drª DANIELA DE CASTO MELO
Docente orientadora do PROFIAP/UFTM

Profª Drª DANIELLI ARAÚJO LIMA
Docente coorientadora do PROFIAP/UFTM

PS: Pede-se, gentilmente, confirmarem o recebimento do presente produto.

Discente: Ismaley Marques Martins Fontes, mestrando

Orientadora: Daniela de Castro Melo, Doutora

Orientadora: Danielli Araújo Lima, Doutora

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

26 de julho de 2024